



## **Discurso Cerimónia Pública de Tomada de Posse dos Órgãos Nacionais**

### **26 de março de 2019**

#### **Discurso do Bastonário**

Início hoje o meu segundo e último mandato de Bastonário da Ordem dos Engenheiros com o mesmo ânimo, disponibilidade e espírito de servir uma causa pública, da mesma forma como sempre o tenho feito ao longo da vida.

A expressiva vitória eleitoral resultou certamente do trabalho conjunto que tem vindo a ser feito, mas, sobretudo, do amplo apoio que recebemos em todo o País.

Por isso, muito agradeço o voto de todas e todos os colegas que nos conduziu a esta tomada de posse.

Entre outros, também merecem uma referência especial, as mandatárias da candidatura que encabecei, as colegas e os colegas que integraram a Comissão de Honra, bem como os representantes de Associações de Estudantes que, a título pessoal, também nos apoiaram.

Assim, a todos os que me acompanharam nesta candidatura, uma Lista em bloco e solidária, que, no total do País, a nível nacional e regional, envolveu mais de 540 candidatas e candidatos que, até à ao início da próxima semana irão tomar posse nas diversas regiões, também manifesto o meu reconhecimento e agradecimento.

Saúdo os novos membros eleitos, mas também abraço de forma agradecida todos os que, por diversas razões, não puderam voltar a integrar a nossa lista e que hoje cessam funções.

Permitam-me, pois, que, na pessoa do Eng. Carlos Loureiro, Vice-Presidente nacional até hoje, que está ausente em missão no estrangeiro, faça um agradecimento e reconhecimento coletivo do que é a competência e a permanente disponibilidade para o exercício de cargos na nossa Ordem.

Muito me honra, pois, continuar a liderar os destinos desta Associação Profissional, tarefa que exige a coesão interna dos diferentes órgãos nacionais e regionais.

Continuarei, assim, a ser o Bastonário de todas as especialidades de Engenharia, recordando as que ainda não se podem agrupar num colégio adequado.

Representamos uma profissão única, de confiança pública e de risco, direcionada para garantir o bem-estar, a melhoria de condições de vida e a segurança de pessoas e bens.

A exposição do nosso País a desastres naturais, nomeadamente aos sismos, e fenómenos climáticos extremos, como as secas, e as fragilidades que temos nesta e em muitas outras áreas, requerem, cada vez mais, uma redobrada atenção.

Pautamos a nossa atuação por exigentes princípios de qualificação, rigor, ética, deontologia e, também, pela partilha e cooperação.

Somos um elemento chave na economia, na criação de riqueza e na qualidade e segurança dos serviços públicos.

De uma forma natural, sempre interiorizámos a solidariedade intergeracional: o respeito e o reconhecimento e a passagem do saber e da experiência entre os mais velhos e os mais novos.

Somos uma profissão inclusiva e não discriminatória, desde sempre sem exclusão de raça ou género, esta bem refletida na composição da nossa Lista, com a perfeita noção do carácter global da nossa atuação e da importância da entreatajuda e da partilha do conhecimento.

Lidero uma Ordem que se orgulha do passado, da obra e do engenho dos engenheiros portugueses nos mais diversos pontos do mundo e que é respeitada, porque sabe dar-se ao respeito.

Uma Ordem que se orgulha do contributo da Engenharia nacional para o patamar de modernidade e de excelência que o nosso País atingiu, que hoje apresenta indicadores de desenvolvimento aos níveis dos melhores e com reconhecidas capacidades nas áreas do conhecimento.

Por tudo isso, não nos podemos permitir que a nossa ambição se limite a sermos um mero fornecedor de mão de obra qualificada, a baixo preço.

Uma Ordem moderna, ciente de que as alterações climáticas, a economia circular, a eficiência material, hídrica e energética, bem como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas têm de constar da nossa agenda quotidiana e que as novas exigências de adaptação e as soluções tecnológicas nos conferem um novo papel e enormes desafios.

Uma Ordem que tem orgulho nos sólidos laços que existem dentro da comunidade lusófona, mas também da proximidade que hoje temos às nossas congéneres europeias, onde ponteia a nossa vizinha Espanha, e às associações internacionais dos mais diversos continentes.

A cooperação internacional é hoje uma missão e um imperativo nacional.

Garantimos o que o Estado não conseguiria, exercendo, de forma recíproca e desinteressada, a partilha do conhecimento e a entreatajuda, na defesa da excelência da convivência entre os povos e no respeito pelas especificidades de cada país.

Neste contexto, não posso deixar de referir que, há pouco dias, quando confrontados com a tragédia que se abateu sobre Moçambique, a Ordem dos Engenheiros de Portugal de imediato se prontificou, junto da sua homóloga, para a criação de uma bolsa de engenheiros voluntários que queiram ajudar à reconstrução daquele país.

Desta disponibilidade, demos conhecimento ao nosso Governo e estamos a aguardar a reação.

Limitámo-nos apenas a repetir em Moçambique o que já havíamos feito no nosso país, aquando dos incêndios de Pedrogão Grande, porque a Engenharia e a entreatajuda não podem ter fronteiras.

Hoje, neste dia tão importante, não quero deixar de recordar o povo de Moçambique e enviar um fraterno abraço.

Confesso que não antevejo um mandato repousado, pois continuamos à espera de soluções para muitos dos problemas que os Engenheiros continuam a enfrentar.

A regulação profissional que asseguramos não é nada mais que um contrato, o nosso Estatuto, através do qual o Estado delegou na Ordem dos Engenheiros as

suas competências para a regulação da profissão, sem quaisquer custos públicos, pois nunca recebemos qualquer apoio ou subvenção.

Assim, a Ordem representa os engenheiros e regula a profissão no que toca à qualificação, admissão, exercício da profissão e alçada disciplinar, focada na qualidade da sua formação, o ensino superior, e também na sua formação ao longo da vida.

Todavia, não deixa de ser irónico que o Estado seja o primeiro a violar este contrato, uma Lei da República, ao não exigir que os seus trabalhadores *que, no exercício das suas funções praticam atos próprios da profissão de engenheiro*, estejam validamente inscritos como membros efetivos da Ordem, conforme legalmente imposto, questão que, por exemplo, nos atos médicos ou na advocacia, não é permitida, como se a Engenharia também não seja uma profissão de risco e com responsabilidade.

É um péssimo exemplo, sobretudo quando vemos a nossa profissão ser invadida por outros profissionais sem qualificações, a coberto de enquadramentos legais.

Por isso, é com espanto que assistimos à ligeireza com que o papel crucial dos engenheiros das mais diversas especialidades tem vindo a ser intencionalmente esquecido ou desprestigiado na legislação, permitindo o seu exercício a outros que não detêm a devida formação.

O exercício de cargos públicos de topo, nitidamente talhados para engenheiros, quando não exercidos por outrem, será talvez uma das facetas mais visível.

Também muito lamento ter de referir a falta do que o Governo nos prometeu na nossa própria casa.

Refiro-me à questão das qualificações profissionais dos licenciados pré Bolonha, o que foi e continua a ser um colossal erro, conforme é reconhecido por todos os Ministérios hoje envolvidos e por ex-Ministros e atuais e ex-Reitores de Universidades.

Não é admissível que um Licenciado antes de Bolonha, com 5 ou 6 anos de graduação, em termos de qualificação profissional, repito, profissional e não académica, esteja e continue equiparado a um Bacharel ou a um Licenciado “pós Bolonha”, de 3 anos, como a Portaria 782/2009, de 23 de julho, estipulou.

Não está em causa a equiparação de títulos académicos, mas apenas qualificações profissionais.

É, assim, uma aberrante injustiça, que nunca deveria ter existido.

É o distorcer da aposta na educação e das diferentes qualificações académicas e da experiência, mas sobretudo, em 2019, passados 10 anos, uma teimosia inaceitável.

Desconhecendo certamente o prejuízo que está a ser causado e as dificuldades que estão a colocar aos engenheiros e às empresas que operam nos mercados internacionais, não corrige uma situação que atenta contra os interesses de cerca de 75% dos membros desta Ordem, ou seja, os mais qualificados e experientes quadros técnicos do País.

Espanha, por exemplo, como percebeu o impacto internacional do problema, reconheceu o erro e já há muito que o resolveu.

Continuemos a aguardar...

Também é com preocupação que agora olhamos para a desnecessária intenção de alteração do atual quadro do ensino superior, o fim dos mestrados integrados, que nada acrescentará e cuja utilidade ninguém consegue vislumbrar, salvo o atingir de indicadores estatísticos em relação ao crescimento do número de licenciados.

Só quem anda no estrangeiro tem noção da confusão que estas soluções criam nos acordos de cooperação e nos pressupostos da contratação internacional.

A persistência dos baixos salários que são oferecidos aos engenheiros, situação que não é exclusiva do nosso País, é uma questão onde muito mais poderia ser feito.

O Estado, nos organismos que tutela e sobre os quais exerce funções orientadoras, não pode incentivar a contratação, seja para que objetivo for, pelo critério dos preços mais baixos, pois está a enganar-se a si próprio, a asfixiar as empresas e a promover de forma continuada situações de *dumping* salarial.

Recordemos o que o Senhor Primeiro Ministro tem reafirmado, ou seja, que “não quer ver o país a crescer à custa de salários baixos”.

A forma como são lançados os investimentos públicos não serve, nem vai servir, os interesses das empresas nacionais, como recentemente se viu na ferrovia e conforme as associações do setor já perspetivavam, pois a falta de informação atempada sobre a programação e o faseamento dos investimentos não permite o dimensionamento atempado e adequado das empresas, (se é que ainda resta

alguma capacidade instalada), sobretudo numa altura em que a mão-de-obra escasseia.

Apesar dos reconhecidos esforços feitos nesta legislatura, continuamos a viver num país em que o Planeamento deixou de ser opção programática de regime, o que tem evidentes consequências.

As decisões políticas anunciadas antes da conclusão de estudos de Engenharia fundamentais e estratégicos, como foi o caso do aeroporto do Montijo, também não contribuem para a credibilidade dos processos e até da própria Engenharia.

### **Também temos também de olhar para o futuro.**

Citando um jovem dirigente académico que escutei há dias no aniversário da Universidade do Porto, a nossa geração tem a obrigação de ***“Garantir o futuro a quem é o futuro!”***.

E em muitos aspetos: ensino, emprego digno e adequadamente remunerado, habitação, para que fiquem no seu país, contribuam para o nosso crescimento e ajudem a resolver o sério problema demográfico que enfrentamos.

Eu acredito nos jovens e quero vê-los nas suas “zonas de conforto”, pois também são as minhas e as dos meus.

Um país endividado, mas que ambiciona sair dessa situação, não pode dar-se ao luxo de desperdiçar uma geração tão bem preparada e disponível para modernizar e fazer crescer a nossa economia.

A nossa ambição é que Portugal se transforme no país que todos sabemos ser possível, aproveitando as qualificadas gerações que temos sabido criar e onde a qualidade e capacidade da Engenharia permita aumentar a nossa competitividade e riqueza.

### **Para terminar:**

Aquelas e aqueles que a partir de hoje irão tomar posse nos Órgãos Nacionais e nas Regiões Norte, Centro, Sul, Região dos Açores e Região da Madeira, formaram uma extensa lista em bloco e solidária em torno da minha candidatura a Bastonário, pelo que dispomos de uma equipa excelente, cuja disponibilidade volto a agradecer.

Como Bastonário, compete-me liderar e assegurar que o futuro desta Ordem vai continuar a servir o País e a percorrer o caminho de prestígio que tem merecido o respeito e a confiança da nossa Sociedade.

Muito Obrigado!

Nota: Vale a versão lida